

CURSINHOS POPULARES E PANDEMIA: outras reelaborações

Daniella Almeida Pereira¹, Maria Amália de Almeida Cunha²

¹Universidade Federal de Minas Gerais /Mestranda do Promestre/Faculdade de Educação,
daniella.dap@gmail.com

²Universidade Federal de Minas Gerais / Departamento de Ciências Aplicadas à Educação,
Faculdade de Educação, amalia.fae@gmail.com

Resumo: Os cursinhos populares atuam em defesa da universalização do Ensino Superior e são uma estratégia para viabilizar o acesso das classes baixas a esse nível de ensino. Para isso, realizam reelaborações de práticas. A partir de contato e monitoramento de cursinhos, este artigo investiga quais adaptações foram realizadas durante a pandemia de coronavírus e indica que essas reelaborações têm sido ampliadas, sendo o caráter solidário dos cursinhos populares importante para atender a necessidades supra-educacionais dos alunos.

Palavras-chave: Cursinhos populares; desigualdades sociais; pandemia.

1. Introdução

As classes populares, que agora realizam a transição de conclusão do Ensino Médio, passaram a almejar o diploma universitário. Sendo conhecido o “efeito cursinho” (WHITAKER, 1989), esses jovens buscam iniciativas acessíveis para se prepararem para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), principal forma de ingressar no Ensino Superior brasileiro em universidades públicas e de obter bolsas e financiamentos nas instituições privadas. Assim, têm se expandido os cursinhos populares: gratuitos, com posicionamentos político-ideológicos de democratização da educação e práticas pedagógicas adaptadas para seu público.

O ano de 2020 tem imposto desafios em diferentes âmbitos a esses cursinhos, uma vez que vive-se um período de pandemia viral que provocou a suspensão das aulas presenciais. Diante da crise sanitária e todas as suas implicações que vão da garantia de renda à saúde mental, como têm atuado os cursinhos populares em relação à preparação dos jovens estudantes para o Enem? Investigou-se, portanto, quais outras reelaborações os cursinhos populares estão realizando em relação aos seus alunos e a favor da democratização da educação no cenário de pandemia.



2. Referenciais teóricos

Os cursinhos populares, com origens nos movimentos sindicais, movimento negro e pastorais católicas, expandem e se consolidam no Brasil a partir da década de 1990 como resposta a uma demanda das classes populares pelo Ensino Superior (ZAGO, 2008). Nesse sentido, vêm do reconhecimento do “efeito cursinho” na aprovação nos vestibulares (WHITAKER, 1989) e da necessidade de uma “paraescolarização compensatória” diante das deficiências do ensino básico público (CARVALHO, 2006).

Essas iniciativas, no entanto, não se restringem a uma preparação para os processos seletivos, atuando na defesa da democratização da educação, consideradas, por isso, movimentos sociais de educação popular (OLIVEIRA, 2006). Apesar da heterogeneidade dos cursinhos e diferentes níveis de institucionalização, pode-se apontar características comuns que ratificam essa classificação como movimento social, por exemplo: a oferta de disciplinas de cunho político-social e identitário, comumente denominadas “cidadania”; a gratuidade; os colaboradores voluntários; e o foco no atendimento a grupos marginalizados e vulneráveis (ZAGO, 2008).

A forma de atuação dos cursinhos populares decorre de um processo de adaptação das práticas dos cursinhos preparatórios tradicionais e da crítica ao sistema educacional desigual. Neste aspecto, Whitaker (2010) defende que essas adequações fazem-se necessárias devido, por exemplo, à ausência de capital cultural dos alunos, apontando que “quando os pobres se apropriam de práticas da classe dominante, eles precisam reelaborá-las para torna-las funcionais” (p. 295). Essa reelaboração também pode ser identificada em ampliações do escopo de atuação dos cursinhos, por exemplo quando se mobilizam para ofertar aos alunos lanches e passagens de transporte público, e quando fazem trabalhos ligados ao desenvolvimento da autoestima desses alunos (WHITAKER, 2010). Ainda, quando os cursinhos alteram seus modos de atuação para atenderem seus alunos na pandemia, como será apresentado posteriormente.



Esses cursinhos têm sua denominação “popular” com sentido duplo, referindo-se tanto a serem acessíveis ao público de classes mais baixas quanto à proposta político-pedagógica de educação popular, no sentido freireano da horizontalidade de uma educação emancipadora e que dialoga com as vivências dos alunos. Essas iniciativas se realizam em uma constante contradição, uma vez que defendem o acesso universal ao Ensino Superior e criticam os processos seletivos, mas ao mesmo tempo atuam de forma a preparar e “treinar” os estudantes para essa seleção (GROPPO; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2020). Assim, por mais que busquem abordagens pedagógicas sociocríticas, há o “realismo dos conteúdos curriculares” exigidos nas provas (CARVALHO, 2006. p. 314). Esse dilema, porém, não diminui o mérito da atuação desses cursinhos na luta pela democratização da educação, podendo ser entendido como uma estratégia de atuação ajustada às possibilidades do presente mantendo em vista um projeto maior a longo prazo.

3. Metodologia

Este trabalho é parte da pesquisa de mestrado em andamento acerca das marcas da desigualdade social na trajetória de jovens de cursinhos populares. Neste artigo são apresentadas as ações de seis cursinhos populares do município de Belo Horizonte (MG) no período de março a julho de 2020. As informações foram coletadas a partir do monitoramento das redes sociais das iniciativas; de apresentações públicas da coordenação de cursinhos; e de contato com esses coordenadores através de conversas via WhatsApp ao longo do período citado. Essas informações foram articuladas ao referencial teórico da área e principalmente ao argumento de reelaboração de práticas de Whitaker (2010). Os nomes dos cursinhos e dos respectivos coordenadores foram preservados por questões éticas.

4. Atuação dos cursinhos populares na pandemia

Os cursinhos populares investigados enfrentaram, logo no começo da pandemia, um dilema em relação a manutenção das aulas – adotando a modalidade virtual – ou a



sua suspensão. O posicionamento adotado divergiu entre as iniciativas, porém ambos com a preocupação de cuidar dos alunos: de acordo com relatos dos coordenadores, nos cursinhos que optaram por manter as aulas o objetivo foi de acolher e orientar aqueles poucos alunos que puderam manter-se estudando em casa; nos cursinhos que decidiram não ofertar as aulas, a justificativa também foi de cuidado para com aqueles que não teriam condições (materiais e emocionais) de participar, evitando a exclusão. Ao mesmo tempo que algumas iniciativas mantiveram as aulas para que os jovens pudessem reservar um horário específico e terem uma rotina de preparação para o Enem, evitando desistências, essa “obrigação” foi a justificativa de outros cursinhos para não ofertar as aulas, de modo a evitar uma sobrecarga aos alunos em um período de instabilidade de renda e inseguranças em relação a saúde.

Os cursinhos que mantiveram as aulas utilizaram-se de plataformas de videochamada gratuitas e até de *lives* em redes sociais. Para diminuir a evasão decorrente da ausência de estrutura física, alguns cursinhos realizaram campanhas online de financiamento coletivo para adquirir pacotes de internet e de arrecadação de computadores usados para doação aos alunos após os reparos necessários (CURSO DE FORMAÇÃO JUVENTUDES E EDUCAÇÃO POPULAR, 2020).

Independentemente da permanência ou não das aulas, todos os cursinhos pesquisados demonstraram forte preocupação em relação a saúde mental dos alunos. Alguns cursinhos que suspenderam as aulas mantiveram encontros virtuais semanais em grupo com psicólogos voluntários para auxiliar os alunos a lidar com as angústias geradas pela pandemia e as incertezas sobre o Enem. Outros organizaram redes de monitores para acompanhamento individual dos alunos, compreendendo suas necessidades particulares e fortalecendo vínculos afetivos para evitar a evasão, problema comum nos cursinhos populares (ZAGO, 2008).

Reforçando o caráter solidário e de engajamento comunitário dessas iniciativas (SILVA, 2005), os cursinhos ampliaram sua atuação para suprir necessidades materiais diversas dos alunos e dos locais onde estão inseridos. Realizaram, por



exemplo, campanhas de arrecadação de cestas básicas, gás de cozinha e de materiais de higiene para doação (INSTITUTO EQUALE, 2020).

5. Conclusão

Os cursinhos populares objetivam a aprovação de seus alunos em universidades, porém não se utilizam das mesmas práticas e recursos que os tradicionais cursinhos preparatórios privados, tendo seu desenvolvimento marcado por adaptações que visam a atender ao público de classes menos favorecidas e por uma visão de educação emancipatória, na luta pela universalização do Ensino Superior.

A suspensão das aulas presenciais decorrente da pandemia exigiu dessas iniciativas estratégias diversas, inclusive ausentar-se de seu foco de atuação principal, ou seja, as aulas, direcionando-se para outras questões tidas como prioritárias. Entre os que mantiveram as aulas, para que pudessem atuar com seu objetivo de preparação para o Enem, tiveram que realizar ações de atendimento a necessidades diversas, desde o fornecimento de equipamentos e internet até doações de cestas de alimentos, além do suporte psicológico, evidenciando a vulnerabilidade do público a que atendem. Assim, os cursinhos realizaram reelaboraões muito além do âmbito pedagógico e fortaleceram a marcação de um posicionamento solidário e de engajamento social.

Por fim, esses dados podem colaborar para estudos que investiguem como o acesso ao Ensino Superior no Brasil contradiz os ideais meritocráticos, já que as dificuldades enfrentadas pelos cursinhos refletem que as trajetórias dos aspirantes à universidade ainda estão distantes da equidade. Também indicam a necessidade de estudos que investiguem o outro lado, ou seja, como têm sido as vivências desses alunos, as condições de realização dos estudos de jovens populares durante o período de distanciamento social imposto pela pandemia.

Referências

CARVALHO, J. C. B. Os cursos pré-vestibulares comunitários e seus condicionantes



pedagógicos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 128, maio/ago. 2006. p. 299-326.

CURSO DE FORMAÇÃO JUVENTUDES E EDUCAÇÃO POPULAR. Aula de Encerramento. Aula pública realizada em 11 junho de 2020. Universidade Federal de Catalão. Catalão, Goiás.

GROPPO, L. A.; OLIVEIRA, A. R. G.; OLIVEIRA, F. M. *Cursinho Popular*. In: GROppo, Luís Antonio *et al.* **Coletivos juvenis na universidade e práticas formativas**: política, educação, cultura e religião. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. 312 p.

INSTITUTO EQUALE. Ajude as mães do Barreiro. 13 de maio de 2020. Facebook: institutoequale. Disponível em: <<https://www.facebook.com/institutoequale/photos/a.492694217760061/1132442153785261/>>. Acesso em: 18 jun. 2020

OLIVEIRA, E. S. Movimentos sociais e educação popular no Brasil urbanoindustrial. **29ª Reunião Nacional da ANPEd**. GT 03 – Movimento Sociais e Educação. Caxambu, MG: ANPEd, 2006. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt03-2268.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2020.

SILVA, R. T. Pré-vestibular comunitário da Rocinha: a latência da racialidade na tensão entre as estratégias reguladoras e as táticas subversivas. In: **28ª Reunião Nacional da ANPEd**. GT 03 – Movimento Sociais e Educação. Caxambu, MG: ANPEd, 2005. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/biblioteca/item/pre-vestibularcomunitario-da-rocinha-latencia-da-racialidade-na-tensao-entre-0>>. Acesso em: 02 jun. 2020.

WHITAKER, D. C. A. Da “invenção” do vestibular aos cursinhos populares: um desafio para a orientação profissional. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, vol. 11, n. 2., jul.-dez. 2010. p. 289-297.

WHITAKER, D. C. A. **UNESP**: Diferentes perfis de candidatos para diferentes cursos: Estudo de variáveis de capital cultural. Série Pesquisa Vunesp, Vol. 2. São Paulo: Fundação Vunesp, 1989.

ZAGO, N. Cursos pré-vestibulares populares: limites e perspectivas. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 26, n. 2, jan./jun. 2008. p. 149-174.